

As bases sociais do integralismo: historiografia e proposições

Marco Aurélio Vannucchi

Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 25 jul. 2024

Aprovado em: 05 dez. 2024

Publicado em: 12 nov. 2025


Resumo

O tema do artigo são os motivos da adesão de parte das classes médias ao integralismo. Inicialmente, procede-se a uma extensa revisão da bibliografia sobre o integralismo para avaliar os dados documentais disponíveis acerca da base social do movimento. Em seguida, faz-se um balanço das interpretações elaboradas pela historiografia que mobiliza a grade de leitura classista para a adesão das classes médias ao integralismo. Finalmente, são propostas três hipóteses de pesquisa que pretendem contribuir para aprofundar as explicações correntes sobre a adesão das classes médias ao integralismo. Em conclusão, reconhece-se a procedência da leitura da historiografia que propõe que o integralismo atraiu uma parcela das classes médias tanto por ser uma alternativa aos partidos oligárquicos quanto por ser reconhecido como proteção contra o comunismo. No entanto, ressalva-se que as explicações canônicas devem ser complementadas com os seguintes fatores: 1) a política permanente e penetrante do integralismo; 2) as dificuldades materiais das classes médias; 3) o sentimento antipopular das classes médias.

Palavras-chave: Integralismo. Fascismo. Classes Médias.

A pesquisa que originou este artigo recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

* Professor da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Escola de Ciências Sociais. Doutor, Mestre e graduado em História pela Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: marco.vannucchi@fgv.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6481-8720>

 <http://lattes.cnpq.br/9521159257671677>

The social bases of integralism: historiography and propositions

Marco Aurélio Vannucchi

Getúlio Vargas Foundation
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Received: 25th July 2024

Approved: 05th Dec. 2024

Published: 12th Nov. 2025

Abstract

This paper is concerned with the reasons of part of the Brazilian middle classes for supporting integralism. It begins with an extensive bibliographic review of integralism to assess the documentary data available about the social base of the movement. Following this, an overview is presented of the interpretations that appear in the historiography which use a class-based perspective to explain middle class support for integralism. Finally, three research hypotheses are proposed which intend to give greater depth to current explanations about middle class support for integralism. In conclusion, it is important to recognize the merits of the reading of the historiography which proposes that integralism attracted part of the middle classes as it was an alternative to the oligarchical parties and because it was regarded as protection against communism. However, it should be emphasized that canonical explanations have to be complemented with the following factors: 1) the permanent and pervasive policy of integralism; 2) the material difficulties of the middle classes; 3) the anti-popular feelings of the middle classes.

Keywords: Integralism. Fascism. Middle Classes.

The research that originated this paper received funding from the Brazilian National Council for Scientific and Technological Development – CNPq, Research Productivity Grant.

* Professor at the Getúlio Vargas Foundation, Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil, School of Social Sciences. PhD, MA and BA in History from the University of São Paulo. CNPq Research Productivity Fellow. Email: marco.vannucchi@fgv.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6481-8720>

 <http://lattes.cnpq.br/9521159257671677>

Introdução

O retorno da extrema-direita à cena política mundial como ator primordial a partir da década de 2010 tem causado um renovado interesse pela manifestação mais bem-sucedida desse espectro político no século XX, o fascismo do entreguerras. Admite-se, em graus diferentes e de modo mais ou menos explícito, que a análise do fascismo oferece chaves de elucidação para o fenômeno da extrema-direita contemporânea (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020; Traverso, 2019; Heinrich, 2017). Um dos questionamentos mais estratégicos (do ponto de vista intelectual e político) feitos pelos estudiosos da extrema-direita contemporânea é acerca de sua base social. Assim, procurando contribuir para esse exercício de iluminar a realidade social presente olhando para a pretérita, pareceu-me oportuno voltar ao tema da base de apoio do fascismo, particularmente de sua expressão brasileira, o integralismo. Esse tema deixou de estimular os estudiosos do integralismo (ao menos na mesma medida que estimulava nas décadas de 1970 e 1980), que passaram a se interessar por outros aspectos do movimento. A revisitação ao tema beneficia-se de uma volumosa e diversificada historiografia sobre o integralismo, produzida, especialmente, nos dois últimos decênios. Embora não seja precipuamente orientada para a investigação dos móveis de adesão ao integralismo, a historiografia recente oferece uma grande quantidade de elementos empíricos para a exploração do tema. A década de 1970 legou as interpretações sobre as bases sociais do integralismo que continuam a ser aceitas pelos estudiosos. De um lado, temos a leitura de Héglio Trindade. De outro, a de Marilena Chauí. Em comum, os dois autores elegem a condição de classe (mais precisamente o pertencimento às classes médias) como o fator explicativo central para a adesão ao integralismo.

Este artigo explora o potencial explicativo da leitura classista proposta originariamente por Trindade e Chauí. Ele tem três seções, além da introdução e da conclusão (que consiste numa síntese dos principais pontos analisados). A primeira é uma extensa revisão da bibliografia sobre o integralismo para avaliar os dados documentais disponíveis acerca da base social do movimento. A segunda é um balanço das interpretações elaboradas pela historiografia que mobiliza a grade de leitura classista para a adesão das classes médias ao integralismo. Na terceira seção são propostas três hipóteses de pesquisa que pretendem contribuir para aprofundar as explicações correntes sobre a adesão das classes médias ao integralismo, a saber: 1.) a política permanente e penetrante do integralismo; 2.) as dificuldades materiais das classes médias; 3.) o sentimento antipopular das classes médias.

Evidências empíricas da presença das classes médias no integralismo

Esta seção percorrerá todos os trabalhos de que tenho conhecimento (e aos quais tive acesso) que contêm informações sobre o perfil social dos integralistas. Ela começa com a menção a dois trabalhos de abrangência nacional e prossegue com a revisão de estudos de

alcance estadual ou municipal.

O perfilamento social dos integralistas empreendido, na década de 1970, por Héglio Trindade continua a ser o de maior capacidade de generalização. Também se destaca por sua robustez documental. Lastreado pelas cerca de 130 entrevistas que realizou (as entrevistas foram realizadas com dirigentes e militantes integralistas de zonas urbanas e rurais dos estados com maior presença da AIB: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Ceará) e no jornal oficial da AIB, o *Monitor Integralista* (especialmente no que diz respeito aos dirigentes), o autor alcançou os dados abaixo acerca da extração social dos integralistas (Trindade, 1979, p. 130):

Tabela 1 - Número de inventários com dívidas ativas e ou passivas

	Dirigentes nacionais e regionais (%)	Dirigentes locais e militantes (%)
Burguesia	13,33	0,00
Média burguesia intelectual	57,90	20,00
Média burguesia militar	8,76	4,00
Pequena burguesia dos pequenos proprietários	4,39	16,00
Pequena burguesia dos burocratas	8,93	38,00
Camadas populares	2,66	22,00
Sem especificação	4,57	-

Fonte: Trindade (1979, p. 134-135).

Como se pode observar, entre os dirigentes nacionais e regionais, a maioria pertencia à média burguesia intelectual (“profissionais liberais, escritores, professores universitários, altos funcionários, jornalistas, estudantes”) (Trindade, 1979, p. 132). Entre os dirigentes locais e militantes, o grupo social mais numeroso era a pequena burguesia dos burocratas (“empregados do setor público ou privado”) (*Ibidem*, p. 133). Se agregamos as seis categorias utilizadas por Trindade fica mais evidente a predominância de indivíduos pertencentes às classes médias (pequena e média burguesia, nos termos de Trindade) entre os integralistas:

quase 80% tanto entre os dirigentes nacionais e regionais quanto entre os dirigentes locais e militantes.

Na sua reflexão em torno da base social do integralismo, Marilena Chauí lança mão da literatura especializada, de alguns poucos documentos (como a carta de 1938 escrita por Plínio Salgado a Getúlio Vargas) e, em larga medida, de textos integralistas. Segundo ela, a classe média urbana era a destinatária do discurso integralista:

O Integralismo dirige-se, pois, à classe média urbana. E não o faz apenas dessa forma tácita, invocando valores tradicionalmente imputados a ela, mas a convoca explicitamente, e não somente para que venha cerrar fileiras na qualidade de militante, mas sim para que venha constituir-se como vanguarda política (Chauí, 1978, p. 53).

Parte-se agora para a revisão dos estudos de abrangência local ou estadual, começando com o livro de René Gertz. Em seu estudo sobre o integralismo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, esse autor observa a preponderância de indivíduos oriundos das classes médias nas fileiras da AIB em ambos os estados, a maioria deles em situação de ascensão social (Gertz, 1987, p. 169-171; 197-198). Nas listas eleitorais integralistas desses estados, destaca-se a presença de bancários, profissionais liberais, professores, funcionários públicos, empregados de firmas privadas e comerciantes. Por exemplo, nas eleições de 1935, os integralistas apresentaram sete candidatos à Câmara Municipal de São Leopoldo (RS): um funcionário público, um comerciante, um agricultor, um dentista, dois bancários e um operário (Gertz, 1987, p. 162). Em 1936, em Joinville (SC), os integralistas apresentaram um candidato a prefeito que era professor e inspetor de ensino. Para a Câmara Municipal, lançaram as candidaturas de um médico e de um dentista (*Ibidem*, p. 198). No mesmo ano, em Blumenau (SC), a AIB apresentou um candidato à prefeitura que era funcionário de uma firma de navegação fluvial. Para a Câmara Municipal de Blumenau, os candidatos integralistas foram: um escrivão, um bancário, dois professores, dois comerciantes, um industrial, dois agricultores, um operário, um mecânico, um guarda-livros, um funcionário público, um bancário e um sapateiro (*Ibidem*, p. 199-200).

De sua parte, Carla Brandalise (2021, p. 73-74) também encontrou evidências de que o integralismo no Rio Grande do Sul recrutou militantes especialmente entre as classes médias. Ao investigar os meios sociais em que o proselitismo integralista ocorria e a ocupação de alguns dirigentes, a autora encontrou especialmente profissionais liberais, bancários e comerciários.

Luiz Felipe Falcão (2000) sugere a existência de três perfis de integralistas em Santa Catarina. O primeiro perfil, que parece corresponder, grosso modo, ao dos dirigentes da AIB no estado, é o dos profissionais liberais e membros da burocracia pública (civil ou militar), que “provinham de famílias conhecidas” e “gozavam de estabilidade financeira (embora não fossem abastados)”. O segundo perfil, que Falcão exemplifica com dirigentes locais, era o de

pequenos proprietários (como donos de farmácia) e funcionários públicos de modesta remuneração, sem atuação política anterior. Finalmente, o perfil que o autor parece atribuir à base do integralismo catarinense é o dos “pequenos proprietários urbanos e rurais de descendência alemã, italiana, polonesa, ou de outras procedências, estabelecidos por todo o interior” (*Ibidem*, p. 125-130).

Igualmente, João Zanelatto (2007, o, 59-76) sustenta a predominância de militantes oriundos das classes médias na AIB de Santa Catarina, mobilizando a literatura sobre integralismo (com destaque para os trabalhos de René Gertz e de Luiz Felipe Falcão) e as listas de candidatos integralistas às eleições para a Câmara Federal e à Assembleia Constituinte estadual, em 1934, assim como as listas de representantes da AIB que concorreram aos cargos de prefeito e vereador em 1936. De fato, a lista dos seis candidatos da AIB catarinense que concorreram às eleições de 1934, contém cinco que tinham profissões de classe média. Já na lista de 31 candidatos integralistas às eleições da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, três quartos tinham profissões de classes médias.

Rafael Athaides (2012, p. 160-162) elaborou um gráfico com as profissões de 75 filiados à seção paranaense da AIB com base em informações extraídas de jornais integralistas. Como o autor adverte, essa amostragem dificilmente pode ser tomada como representativa, já que é formada especialmente por dirigentes e por militantes mais ativos. Nesse gráfico, predominam as ocupações de classes médias (como estudantes universitários e secundaristas, professores, advogados, engenheiros, bancários e contadores), totalizando pouco mais de 80%. Há apenas um representante das classes trabalhadoras (um operário). O restante é constituído por comerciantes e industriais (em igual número), que poderiam pertencer tanto às classes dominantes quanto às classes médias.

O mesmo autor levantou as ocupações dos integralistas paranaenses investigados ou presos pela polícia política do estado. Nessa segunda amostra de Athaides (2012), os dirigentes devem estar sobrerrepresentados, já que foram o alvo preferencial da ação policial. Dentre os 34 integralistas com ocupações conhecidas, 65% desempenhavam atividades de classe média (com destaque para professores, estudantes universitários e funcionários públicos, todos igualmente representados). Apenas 6% pertenciam às classes trabalhadoras (um gráfico e um “lavrador”). Finalmente, quase 30% eram comerciantes (*Ibidem*, p. 161-162). Essa categoria é bastante heterogênea, uma vez que a polícia política paranaense “atribuía ao termo ‘comerciante’ vários tipos de atividades, desde o simples vendedor de sapatos, até o proprietário de casas comerciais” (*Ibidem*, p. 162). De todo modo, o autor sugere que a adesão ao integralismo, no Paraná, ocorreu entre pequenos e médios comerciantes (*Ibidem*, p. 175).

A seguir, debruça-se sobre um conjunto de estudos acerca do integralismo em São Paulo, a começar pelo de Lídia Possas (2001, p. 258-261), que afirma que a AIB em Bauru teve mais de 100 militantes, na sua maioria ferroviários, que desempenhavam uma extensa gama de atividades profissionais, de engenheiros a serventes, passando por escriturários.

Beatriz Brusantin (2004), ao pesquisar também o integralismo no interior paulista, encontrou uma lista contendo as profissões dos filiados ao núcleo da AIB em Rio Claro. A tabela abaixo reproduz os dados agregados pela autora:

Tabela 2 - Profissões dos filiados ao núcleo da AIB de Rio Claro (SP)

Categoria profissional	Quantidade de filiados	Categoria profissional	Quantidade de filiados
Ferrovíários	38	Sapateiros	2
Comerciários	14	Pintores	2
Operários	13	Professores	2
Lavradores	7	Dentistas	2
Trabalhadores	6	Advogado	1
Funcionários	5	Médico	1
Barbeiros	2	Proprietário	1
Motoristas	2	Outros ou sem especificação	38
Total			136

Fonte: Brusantin (2004, p. 59).

É razoável supor que os integralistas mencionados como comerciários, funcionários, professores, dentistas, advogado e médico pertencessem às classes médias. O grupo perfaz 25 indivíduos. Também parece correto agregar as categorias operários, lavradores, trabalhadores, barbeiros, motoristas, sapateiros e pintores, caracterizando-as como profissões das classes trabalhadoras. Esse segundo grupo perfaz 34 indivíduos. A categoria com maior contingente de integralistas, a de ferroviários, parece ser (do modo como é usada no trabalho de Brusantin) uma categoria policlassista, pois constituída de elementos das classes trabalhadoras (que desempenhavam funções predominantemente braçais na companhia ferroviária) e de elementos das classes médias (empregados de escritório). Evidência disso é o caso do integralista José Fernandes, mencionado pela autora. Atuante no Sindicato dos Ferrovíários da Noroeste do Brasil (em Bauru, distante cerca de 200 quilômetros de Rio Claro),

Fernandes era diretor do jornal Correio da Noroeste e funcionário da companhia ferroviária, onde é difícil supor que trabalhasse como operário (Brusantin, 2004, p. 124-125). Ademais, o grande contingente de integralistas enquadrado pela autora nas categorias “outros” ou “sem especificação” dificulta o perfilamento social dos integralistas de Rio Claro, mas é inegável a grande participação das classes trabalhadoras na AIB daquela cidade.

Outra monografia sobre um núcleo municipal da AIB no interior paulista é a de Ivair Ribeiro (2004), que aponta que o integralismo em Olímpia era dirigido por um pequeno grupo de profissionais liberais. Ao nomear os integralistas mais destacados na cidade lista quatro advogados, um médico, um dentista e um engenheiro (*Ibidem*, p. 201-202). Embora não ofereça dados estatísticos sobre o perfil social da militância integralista em Olímpia, Ribeiro afirma que ela praticamente se circunscrevia às classes médias. Sublinhe-se que, apesar da economia do município basear-se na produção de café em grandes propriedades, o integralismo não encontrou adesão no campo, de acordo com o autor (*Ibidem*, p. 169-201).

Renato Dotta (2003) estudou as tentativas da AIB de ampliar a adesão dos trabalhadores às suas fileiras por meio do jornal Ação, publicado em São Paulo. No entanto, a semântica da categoria trabalhadores era larga, incluindo explicitamente tanto trabalhadores manuais quanto intelectuais, e confundindo-se, na realidade, com a categoria de assalariados. O autor reproduz uma definição que o jornal fez de operário, entendido como sinônimo de trabalhador: “operário é todo aquele que percebe um salário em pagamento de seus serviços, numa situação de dependência para com outrem – o capitalista.” (*Ibidem*, p. 69). Renato Dotta, cuja pesquisa no jornal contempla o biênio 1936-1937 (provavelmente os anos em que a AIB teve maior número de filiados), identifica as categorias profissionais mais interpeladas pelo jornal e, ao que parece, as que melhor respondiam ao proselitismo integralista. Com exceção dos ferroviários (categoria socialmente mista, composta por operários e funcionários de escritório), todas as outras eram de classe média: bancários, comerciários e farmacêuticos (*Ibidem*, p. 36; 88; 96; 104-107; 111-113).

Há dois estudos sobre o integralismo fluminense a serem mencionados. O primeiro é o de Pedro Fagundes (2009), que afirma que uma das principais bases do movimento em Campos foi o Liceu de Humanidades de Campos. Estabelecimento público de ensino secundário prestigioso, o Liceu, muito provavelmente, recrutava a maior parte de seus alunos entre as classes médias. Segundo Fagundes (2009, p. 92-95), havia uma quantidade significativa de integralistas tanto no corpo discente quanto no corpo docente da escola, a exemplo do chefe da AIB em Campos, José Ferreira Landim, que era professor catedrático no Liceu.

Já Eduardo de Oliveira (2018), cujo trabalho trata do integralismo em Petrópolis, encontrou um documento produzido pela polícia política em que são arroladas as profissões dos filiados ao núcleo municipal da AIB, logo após a sua fundação. Grosso modo, metade deles tinha profissões típicas das classes trabalhadoras e a outra metade, das classes médias (especialmente da baixa classe média): seis operários, um sapateiro, um gráfico, um mecânico, um motorista, um guarda-noturno, um bombeiro, um lavrador, um estudante, um hoteleiro,

três comerciários, dois bancários, um comerciante e um médico. O chefe local da AIB era Raimundo Padilha, funcionário do Banco do Brasil (*Ibidem*, p. 84-87).

Antes de finalizar esta seção, é necessário examinar a bibliografia sobre o integralismo no Nordeste, mais especificamente, em quatro de seus estados: Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Em seu estudo pioneiro, Josênio Parente (1968, p. 113-153) demonstra que, no Ceará, a AIB originou-se da Legião Cearense do Trabalho (LCT), entidade que logrou obter forte adesão entre o operariado, mas era dirigida por elementos das classes médias (como os militares Severino Sombra e Jeová Motta e o padre Hélder Câmara. No entanto, boa parte dos dirigentes operários da LCT não se associou ao integralismo, o que serve para o autor argumentar que “a presença operária na AIB, via LCT, não se realiza com peso suficiente para se caracterizar o movimento integralista no Ceará como exceção enquanto movimento de classe média”.

À semelhança do que ocorreu com Beatriz Brusantin (em relação a Rio Claro), João Ricardo Caldeira encontrou um documento contendo as profissões dos filiados à seção maranhense da AIB em 1935. Os dados seguem na Tabela 3.

Tabela 3 - Profissões dos filiados à AIB no Maranhão, 1935

Ocupação	Quantidade	Ocupação	Quantidade
Estudante	26	Industrial	1
Comerciário	13	Operário	28
Funcionário público	12	Ferreiro	2
Comerciante	6	Pedreiro	2
Professor secundarista	5	Prendas domésticas	4
Advogado	2	Outras	12
Dentista	1	Não declarada	10
Farmacêutico	1		
Total			125

Fonte: Caldeira (1999, p. 121-124).

Algumas dessas ocupações precisariam ser mais bem analisadas para serem sociologicamente caracterizadas (como “prendas domésticas” ou “industrial”). De todo modo, é possível reconhecer uma significativa presença de indivíduos das classes trabalhadoras. Agregando-se as categorias “operário”, “ferreiro” e “pedreiro” tem-se 38 filiados. Entretanto, a maioria dos filiados pertencia às classes médias. Assim, somando-se as categorias “estudantes”, “professores”, “funcionários públicos”, “comerciantes” e “comerciários”, chega-se a 66 filiados.

Na lista de candidatos integralistas do Maranhão à Assembleia Constituinte estadual (1934), a presença de indivíduos das classes médias (com destaque para profissionais liberais, funcionários públicos e professores) é amplamente majoritária e pequena a participação de candidatos oriundos das classes trabalhadoras (caracterizados como “operário” e “artífice”) (Caldeira, 1999, p. 125-126). Ao examinar as informações sobre o perfil social do integralismo maranhense, Caldeira (1999, p. 46) aponta o distanciamento do movimento em relação às atividades rurais, que eram a base da economia do estado, o que evidenciaria o caráter urbano do integralismo no Maranhão.

Segundo Giselda Brito, o epicentro da instauração do integralismo em Pernambuco foi a Faculdade de Direito de Recife. Sucederam-se na chefia da AIB no estado um jornalista, um médico e um advogado que também era professor da Faculdade de Direito. A liderança local da AIB em Pernambuco era, igualmente, constituída por homens oriundos das classes médias, como médicos, professores, bancários e comerciantes. Nas cidades, a base da militância era constituída, segundo a autora, por elementos da baixa classe média (como comerciários) ou das classes trabalhadoras. Também de acordo com ela, foram poucos os trabalhadores rurais do interior pernambucano que aderiram à AIB. O núcleo integralista da cidade pernambucana de Rio Branco, por exemplo, tinha 33 filiados, dentre os quais 15 eram oriundos das classes médias (comerciantes, comerciários e um funcionário público federal), enquanto os outros tinham origem popular (mecânico, chofer, operários, maquinista, gráficos, operários, tratoristas, etc) (Silva, 1996, p. 12; 45-49; 66; 74).

Jacira Primo (2013, p. 1; 82; 83) registra que o integralismo em Salvador obteve especial adesão nos estabelecimentos de ensino, tendo-se organizado núcleos da AIB na Faculdade de Direito, na Faculdade de Medicina, no Ginásio da Bahia, no Ginásio Carneiro Ribeiro e no Ginásio Ipiranga. A autora também oferece dados sobre a posição social dos integralistas baianos ao arrolar os réus do processo instaurado, em 1937, pelo Tribunal de Segurança Nacional, para apurar atividades da seção da AIB daquele estado. É preciso advertir que a maioria (senão todos) dos processados eram dirigentes estaduais ou municipais e, portanto, seu perfil social não coincidia necessariamente com o dos militantes integralistas baianos. Jacira Primo apresenta a profissão de 17 dentre os 22 réus, sendo que, ao menos 14 deles (82%) tinham ocupações de classe média, como engenheiro, comerciante, bancário, advogado, advogado, oficial do Exército ou oficial da polícia militar (Primo, 2013,).

De sua parte, Álvaro Araújo Neto (2016, p. 37-49) demonstra que o integralismo na região cacauieira da Bahia foi basicamente comandado por homens da classe dominante local

e por profissionais liberais. O autor identificou 22 dirigentes da AIB em Ilhéus e Itabuna, as duas principais cidades da região. Dentre eles, 13 eram proprietários rurais (donos de fazendas de cacau), quatro comerciantes, um engenheiro, um médico, um professor, um advogado e um funcionário da estrada de ferro Ilhéus-Conquista.

A dissertação de mestrado de André Carvalho (2020) traz informações que nos permitem traçar aproximadamente a posição social dos integrantes da chapa integralista formada para as eleições municipais, em 1936, em Tucano, cidade de pouco menos de 30 mil habitantes no sertão baiano. Dentre os nove integrantes da chapa, seis pertenciam à classe dominante local ou às classes médias: três proprietários rurais (um deles filho de um dos chefes políticos locais, o coronel José Bastos), dois comerciantes e um farmacêutico que também era funcionário público. Os outros três provavelmente situavam-se entre as classes trabalhadoras: um agricultor, um operário e um açougueiro (*Ibidem*, p. 88; 123).

Também no interior da Bahia, Serrinha contou com um ativo núcleo integralista, que lançou uma chapa às eleições municipais de 1936. Nenhum dos 12 integrantes da lista eleitoral tinha ocupação típica das classes trabalhadoras. Havia quatro comerciantes, três proprietários rurais, dois industriais, um jornalista, um artista e um dentista (Alves Neta, 2018, p. 87).

Para sintetizar os dados contidos na literatura examinada nesta seção, deve-se dizer que o trabalho de Trindade é o único de abrangência nacional e análise sistemática e documentada do perfil social da AIB. No entanto, não é possível afirmar que sua amostra seja representativa em relação à militância de base, pois ele não apresenta suficientemente os critérios para a construção da amostra. Os estudos sobre o integralismo em estados e municípios, ao traçarem o perfil social dos filiados, tratam, quase sempre, das direções regionais ou locais. Em grande medida, isso decorre da natureza das fontes disponíveis: listas eleitorais, jornais e documentos policiais. As listas de filiados com suas respectivas profissões elaboradas pela AIB são fonte muito importante (porém rara) para o conhecimento da extração social dos militantes. Têm, como toda fonte, suas limitações. Talvez a principal delas seja a imprecisão de algumas categorias utilizadas nelas. Os autores que fizeram uso dessas listas (Brusantin, 2004; Caldeira, 1999; Brito, 1996) encontraram uma grande quantidade de integralistas pertencentes às classes trabalhadoras. Entretanto, não é possível generalizar esses dados para o conjunto do país, pois eles se referem a apenas duas cidades (Bauru e Rio Branco) e a um estado periférico para o integralismo (Maranhão). Assim, é seguro afirmar que a direção da AIB nos níveis nacional, regional e local estava nas mãos das classes médias. Em relação à sua militância, pode-se apenas afirmar que há evidências consistentes de grande participação das classes médias, embora não se possa afirmar categoricamente que fossem

majoritárias¹. Também está demonstrada a significativa participação das classes trabalhadoras na base da AIB, ainda que os estudos que o provam, no seu conjunto, abrangam um território mais restrito.

Explicações para a adesão das classes médias ao integralismo

A bibliografia aponta duas razões para a adesão de parte das classes médias ao integralismo: a.) aspiração por representação política, que, via de regra, tomava a forma de sentimento antioligárquico e rejeição à democracia liberal; b.) reação à mobilização popular, geralmente interpretada como movimentação comunista. Em autores como Héglio Trindade, René Gertz e Carla Brandalise, a primeira motivação surge como a única. Em outros autores, destacadamente Marilena Chauí e Décio Saes, os dois móveis combinam-se. O Quadro 1 resume a explicação de alguns dos principais autores que se debruçaram sobre a questão.

1 Em recenseamento de grande fôlego da bibliografia sobre o integralismo, publicado em 2014, Fábio Bertonha (2014, p. 40) assinala: “A história regional já demonstrou como, em geral, eram os membros da classe média que formavam os núcleos da AIB, tanto nas grandes cidades quanto no interior – no Rio Grande do Sul, no Ceará, no Rio Grande do Norte, no Maranhão ou em Minas Gerais [...] Na historiografia, há realmente sinais evidentes de que os ambientes de classe média eram aqueles em que o integralismo mais se difundia. As Faculdades de Direito (como as do Rio, de São Paulo ou de Recife) eram um foco central, mas também há muitos sinais de uma super-representatividade integralista entre comerciantes, funcionários públicos (como os do Banco do Brasil), profissionais liberais etc, enquanto Deutsch [...] confirma como a maior parte das mulheres atraídas pelo integralismo era igualmente de classe média”.

Quadro 1 - Motivações para adesão das classes médias ao integralismo, segundo autores

Autor	Data original do trabalho	Abrangência geográfica da pesquisa	Motivações
H. Trindade	1972	Brasil	Aspiração por representação política
M. Chauí	1978	Brasil	Reação à mobilização popular/anticomunismo; Aspiração por representação política
D. Saes	c. 1983	Brasil	Aspiração por representação política (direção da AIB); Reação à mobilização popular/anticomunismo (base da AIB)
R. Gertz	1987	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Aspiração por representação política
	1987	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Aspiração por representação política
C. Brandalise	1992	Rio Grande do Sul	Aspiração por representação política
J. R. Caldeira	1996	Maranhão	Aspiração por representação política; Reação à mobilização popular/anticomunismo
	1996	Maranhão	Aspiração por representação política; Reação à mobilização popular/anticomunismo
I. Ribeiro	2004	Olímpia (SP)	aspiração por representação política
	2004	Olímpia (SP)	Aspiração por representação política
J. H. Zanelatto	2007	Santa Catarina	Aspiração por representação política

Fonte: Brandalise (2021), Caldeira (1999), Chauí (1978), Gertz (1987), Ribeiro (2004), Saes (1983), Trindade (1979) e Zanelatto (2007, p. 73-75).

Na argumentação de Héglio Trindade (1979) em favor da tese de procura por maior representação política é central a mensuração que faz da mobilidade social experimentada pelos integralistas, usando dois parâmetros: “o status profissional” e “o nível de instrução” dos

integralistas em relação a seus pais. O autor praticamente não encontrou integralistas que tenham conhecido queda social. Um percentual um pouco maior de dirigentes nacionais e regionais encontrava-se em ascensão social; um percentual um pouco menor encontrava-se em estabilidade social. No caso dos dirigentes locais e militantes de base, há um equilíbrio numérico entre os que estavam em ascensão social e os que estavam em estabilidade social. (*Ibidem*, p. 142-144). Esse achado de pesquisa permite ao autor explicar o engajamento na AIB como decorrente do anseio de setores ascendentes das classes médias por maior participação nas decisões estatais:

Ao contrário da Europa, onde as classes médias se sentiam ameaçadas seja pela crise econômica seja pela perda de status ou pela agressividade da luta operária, as classes médias no Brasil desta época, encontravam-se geralmente em rápida ascensão social e à procura de uma posição de poder na sociedade. Entretanto, sua vontade de ascender socialmente era bloqueada pela ausência de um projeto político capaz de as libertar do controle das classes dominantes tradicionais. Essa situação objetiva se conjuga com o clima ideológico europeu, colocando-as diante do dilema: fascismo ou comunismo? Neste contexto, as classes médias tendem a se engajar nos movimentos de direita ou de esquerda que parecem representar instrumentos políticos válidos e independentes do sistema estabelecido: a fração que era sensível à ameaça comunista, à reação fascista, aos sistemas nacionalistas, opta pelo integralismo; a outra, atraída pelo socialismo e pela luta antifascista, incorpora-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL) (Trindade, 1979, p. 140).

No questionário que aplicou a ex-integralistas (mais de três décadas após o ingresso dos entrevistados na AIB), Trindade perguntou sobre as motivações pessoais que os levaram a participar do movimento. As respostas obtidas estão na Tabela 4 (advirta-se que um mesmo entrevistado poderia mencionar mais de uma motivação).

Tabela 4 - Motivações pessoais para adesão ao integralismo, de acordo com antigos dirigentes e militantes

Motivo	Menções nas respostas
Anticomunismo	65
Simpatia pelos fascismos europeus	56
Nacionalismo	50
Oposição ao sistema político da época	39
Valores autoritários	24
Valores espirituais	23
Corporativismo	18
Desenvolvimento do país	13
Antissemitismo	5

Fonte: Trindade (1979, p. 153).

Os dados apresentados na tabela acima parecem pôr em xeque a hipótese de que a adesão ao integralismo se explica pela insatisfação das classes médias com seu deficiente acesso ao Estado, pois a resposta que melhor traduz tal insatisfação (“oposição ao sistema político da época”) aparece apenas como a quarta resposta mais dada, muito menos frequente que o anticomunismo, que ocupa a primeira posição. Tomadas individualmente, as motivações mais citadas pelos entrevistados foram o anticomunismo e a simpatia pelos fascismos europeus. Os dois motivos também aparecem com grande frequência lado a lado no conjunto completo de cada resposta. Tomando como base essa associação frequente nas respostas entre anticomunismo e simpatia pelo fascismo mais a proposição de que o comunismo no Brasil, até o surgimento da ANL, era fraco, o autor formula a hipótese “sobre as origens e a orientação europeia do anticomunismo na época: tratava-se mais de uma atitude anticomunista reflexa, orientada em função dos confrontos ideológicos na Europa, que da percepção de uma ameaça comunista interna” (Trindade, 1979, p. 155).

Marilena Chauí, que, assim como Trindade, não identifica uma crise socioeconômica enfrentadas pelas classes médias na década de 1930, discorda, porém, da explicação oferecida

pelo autor para a adesão dessas classes ao integralismo, propondo que a motivação principal tenha sido o anticomunismo.² A autora demonstra o anticomunismo presente em autores integralistas e sustenta que o anticomunismo encontrado nas entrevistas por Trindade, ao invés de mimético em relação ao fascismo europeu, deitava raízes na realidade brasileira (Chauí, 1978, p. 67-110). É importante a proposição da autora de que o anticomunismo, no Brasil, não se restringe à oposição à atuação de organizações propriamente comunistas, pois ele significa uma aversão abrangente às mais variadas formas de ação coletiva em favor dos interesses populares:

depoimentos e dos discursos não significa que seus autores estejam visando diretamente o Partido Comunista, ou a Liga Comunista, pois nunca é demais lembrar que o termo ‘comunista’, no Brasil, não tem um sentido preciso, mas possui um amplo espectro de significações, todas elas porém convergindo para a imagem de subversão e destruição da ordem vigente por agitadores que usam as insatisfações dos pobres para levá-los à revolta (Chauí, 1978, p. 96).

Levando em conta essa acepção alargada de anticomunismo,³ Chauí (1987, p. 67-110) explica o surgimento da AIB como reativo à intensificação das atividades do PCB desde meados da década de 1920 e, de modo mais geral, à ascensão do movimento operário. No entanto, a autora propõe uma segunda motivação para a adesão ao integralismo. Segundo ela, essa motivação aparece nos dados levantados por Trindade como “simpatia pelos fascismos europeus”. Ela interpreta em termos nacionais essa simpatia, que revelaria a inclinação das classes médias a um certo tipo de populismo:

Em outras palavras, se nos lembrarmos de que, ao lado do anticomunismo, a proposta autoritária do Integralismo funda-se numa crítica da imoralidade e injustiça próprias da democracia liberal que, no Brasil, é politicagem de camarilhas e de clientes, então a atitude fascisante, apontada por Trindade, em lugar de ser mimetismo face à Europa, poderia ser encarada como algo

-
- 2 Chauí compartilha a tese largamente disseminada no período em que escreve a respeito da heteronomia política das classes médias. Em consequência, o seu anticomunismo corresponde, em última instância, ao interesse das classes dominantes em tolher a movimentação operária, a fim de preservar a ordem social. A autora sustenta que a classe média integralista (“sob a bandeira do combate ao comunismo”), tenha sido “massa de manobra de Vargas” (esse na condição de representante dos interesses das classes dominantes) na repressão infligida ao operariado (Chauí, 1978, p. 63-64, 108).
 - 3 Carla Silva (2001), em seu estudo sobre o anticomunismo brasileiro na década de 1930, referenda a proposição de Chauí, ainda que não faça referência direta a ela: “o anticomunismo não tem referencial apenas no PCB, ou outra organização específica, mas sim na organização autônoma da classe operária, que pode ser dada no Partido ou em sindicatos, ou ainda em lutas cotidianas extra-sindicais” (p. 234).

que se assemelha àquilo que Weffort denomina 'populismo janista', oposto ao paternalismo e ao clientelismo do líder, em nome da moralidade, da autoridade e da burocratização estatal, pelos quais o chefe deve ser responsável (Chauí, 1978, p. 111-112).

Ao apresentar essa segunda motivação para a adesão ao integralismo, Chauí aproxima-se de Trindade, pois o protopopulismo janista encapuçado no integralismo, com sua proposta de combater o clientelismo, teria o condão de abrir o sistema político para uma participação das classes médias descolada do controle oligárquico.

Décio Saes (1983, p. 491-492), amparando-se nos dados obtidos por Héglio Trindade, propõe razões distintas para a adesão dos dirigentes e dos militantes, pertencentes a frações distintas das classes médias, ao integralismo. Assim, os professores, escritores, profissionais liberais e militares que se tornaram dirigentes da AIB buscavam a centralização autoritária do Estado, como meio de derrotar o poder oligárquico (e franquear maior participação política às classes médias). Por outro lado, os funcionários públicos, empregados e pequenos proprietários que compuseram a base do movimento reagem contra a mobilização popular ascendente:

a cúpula do movimento se coloca numa perspectiva centralista e intervencionista, que se adapta melhor às aspirações da classe média 'populista' [baixa classe média] que às da burguesia cafeeira, dos proprietários fundiários, da burguesia industrial ou da classe média 'liberal'; porém, ao mesmo tempo, a parcela da baixa classe média que fornece uma base social ao movimento (militantes de base) se sente menos atraída pelo centralismo e pelo intervencionismo integralistas, que pela possibilidade de organização coletiva contra a ameaça da proletarização representada pela ascensão do movimento popular, em 1934-35 (Saes, 1983, p. 493).

Para René Gertz (1987, p. 165, 197-198), a razão primordial para a adesão ao integralismo das classes médias em ascensão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul foi o desejo de aumentar sua participação política. Por isso, segundo o autor, nos municípios que investigou, o integralismo assumiu a forma de força contrária ao status quo, cuja política era controlada pelas classes dominantes locais.

Na mesma linha, Carla Brandalise (2021, p. 75) explica a adesão à AIB no Rio Grande do Sul como motivada pelo "sentimento de frustração política, ensejado ora pela percepção de marginalização política, ora pela visão de fracasso e ocaso dos partidos tradicionais". O contexto em que isso ocorria, segundo a autora, era de um sistema partidário estadual controlado fortemente pelos partidos oligárquicos. João Zanelatto (2007, p. 73-75) apontou a continuidade no poder da elite política catarinense da Primeira República no pós-1930, organizada no Partido Republicano Catarinense, Partido Liberal Catarinense e Legião

Republicana. Segundo o autor, esses partidos eram impermeáveis aos interesses e à participação em seus quadros das classes médias do estado, que se encontravam em forte crescimento numérico e econômico. Em contraposição, segundo Zanelatto, a AIB abriu-se a tais setores, o que explica sua adesão ao integralismo.

Também Ivair Ribeiro (2004, p. 189) explica o engajamento na AIB pela procura de poder político, sugerindo que os profissionais liberais que comandavam o integralismo em Olímpia (SP) pretendiam constituir uma nova elite política local. No entanto, observa o autor, como a oligarquia municipal, formada pelos grandes proprietários rurais, era a clientela profissional dos dirigentes integralistas, a AIB não fez pregação antioligárquica em Olímpia.

De sua parte, João Ricardo Caldeira (1999) oferece duas razões para a adesão à AIB no Maranhão. A primeira delas (mais sugerida que explicada pelo autor) é o seu caráter antioligárquico:

Os dados [...] indicam que, entre os integralistas inscritos no Núcleo de São Luís em 1935, destacam-se sobretudo os que exerciam atividades urbanas. Tendiam, certamente, a ser indivíduos avessos à cooptação pelos partidos políticos tradicionais, buscando, na AIB, forma de participação mais autônoma na disputa pela conquista do poder, na região (Caldeira, 1999, p. 56).

A segunda razão é o anticomunismo. O autor aponta que grande parte das filiações à AIB maranhense ocorreu no período em que o núcleo estadual da ANL esteve ativo (Caldeira, 1999, p. 54-58).

O surgimento de um conjunto de estudos aproximadamente nos últimos 20 anos reforçou a posição dos autores que propõem o anticomunismo como uma das razões fundamentais para o apoio das classes médias ao integralismo. Especialmente as pesquisas de Rodrigo Patto e de Carla Silva demonstram a existência de propaganda anticomunista no Brasil desde a década de 1910. Mais precisamente, o anticomunismo brasileiro originou-se logo depois da Revolução Russa, por meio da imprensa. É verdade que, até 1930, o comunismo foi retratado principalmente como uma ameaça longínqua, associada ao contexto europeu. Nesse período, a imprensa prodigalizou-se em acusar o regime bolchevique de variadas malfeitorias, ao passo que pouco aludiu às ações comunistas nacionais (Motta, 2002, p. 5-6).

Por volta de 1930, o anticomunismo brasileiro conheceu uma inflexão no seu teor e sua disseminação ampliou-se consideravelmente. O comunismo passou a ser considerado uma ameaça próxima. E, como nota Patto, a imprensa começou a abordar o tema com maior frequência, assim como se verificou um aumento no volume de livros anticomunistas publicados, tanto escritos por autores estrangeiros quanto por brasileiros. Ao analisar jornais de grande circulação (como *O Jornal*, *Correio da Manhã* e *A Federação*) na primeira metade da década de 1930, Carla Silva (2001, p. 87-103, 175-202) demonstra a convergência no discurso desses periódicos, que, reconheciam a legitimidade das reivindicações populares, mas apontavam insistentemente que o comunismo não era adequado para a solução do problema

social no Brasil (como, de resto, também não o era para a Rússia, segundo sua opinião). A Igreja Católica, que aderira à cruzada anticomunista ainda na Primeira República, intensificou a pregação contra o comunismo na década de 1930. Nessa época, foram elaboradas, ao menos, quatro cartas pastorais cujo alvo era o comunismo; uma delas foi subscrita por todo o episcopado brasileiro enquanto outra pelos bispos da Bahia. A primeira dessas cartas pastorais foi assinada pelo bispo de Porto Alegre, dom João Becker, e intitulava-se O comunismo russo e a civilização cristã. Datada de setembro de 1930, ela foi publicada, pouco depois, sob a forma de livro. Esses documentos deveriam ser lidos nas missas pelos padres e serviam como diretriz para o trabalho pastoral. (Silva, 2001, p. 87-103; 175-202; Motta, 2002, p. 9-25).

Assim, ao ser fundada, a AIB dirigiu-se a um público exposto há mais de um decênio à campanha anticomunista. A campanha era sustentada, até então, por dois atores sociais de grande capilaridade e penetração social: a imprensa e a Igreja Católica. Ao indicar o comunismo como seu principal inimigo nas publicações voltadas ao grande público (Oliveira, 2004, p. 102-190; Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 18-20), o integralismo pode acionar um imaginário já razoavelmente difundido entre as classes médias do país.

É certo que o integralismo ofereceu um canal de participação política alternativo aos partidos oligárquicos, mas ele atraiu parte das classes médias porque propunha algo com que essas se identificavam, incluindo o anticomunismo. A direita radical estava organizada no Brasil desde a década de 1910, mas, até então, com pouca capacidade de empolgar os segmentos das classes médias que se aproximavam de suas ideias (Bertonha, 2024). A intensificação do anticomunismo no início da década de 1930 parece ter sido decisivo para a identificação ideológica de parte das classes médias com a direita radical se transformar em adesão ativa.

Três hipóteses

As interpretações correntes acerca das razões para a participação das classes médias no integralismo parecem pertinentes, porém insuficientes, como se tentará demonstrar. A fim de se contribuir com uma compreensão mais ampla do fenômeno apresentam-se, nesta seção, três hipóteses a serem seguidas por investigações futuras.

a. A política permanente e penetrante do integralismo

Como já apontaram vários autores, a AIB constituiu-se o primeiro movimento de massa no Brasil (Saes, 1983, p. 491; Cardoso, 2020, p. 67). Sustentado, em larga maioria, por indivíduos pertencentes às classes médias, o integralismo representou uma novidade também pela capacidade até então inédita de engajar uma classe social pouco disposta à ação coletiva. É verdade que, desde fins do Império, a sociedade civil brasileira conhecia um processo de adensamento, com a emergência de movimentos e entidades de que elementos das classes médias participavam. Entretanto, a grande maioria das classes médias pareceu manter-se

longe da ação política frequente, restringindo-se (no máximo) a participar das eleições como eleitores (Schmitter, 1971, p. 203-204). A timidez da ação coletiva das classes médias tinha como contrapartida o engajamento (ao menos pretendido) por meio do trabalho e da vida doméstica:

A noção de que a vida profissional e doméstica pudessem expressar o que importava na sua relação com a sociedade e que a política era corrupta deu às pessoas de classe média justificativa para se livrarem de novas complicações políticas. Essa era, finalmente, uma visão que localizava o impulso político onde a maior parte das pessoas de classe média parecem ter-se concentrado: os imperativos do trabalho e as doces obrigações familiares (Owensby, 1999, p. 235).⁴

Ao lado da competência técnica, as virtudes morais compunham o repertório que as classes médias se autoatribuíam e se dispunham a acionar para, por meio de sua vida laboral e familiar, contribuir para o desenvolvimento do país. Como aponta Owensby (1999, p. 129), as virtudes morais funcionavam como sinais distintivos das classes médias, cultivadas, especialmente, no âmbito doméstico, em ambiente de não-escassez material, mas de necessidade de temperança no uso dos recursos materiais disponíveis.

A competência técnica e os valores morais estavam ausentes da política institucional, na visão das classes médias, daí o sentimento antipolítico que lhe era característico. Na realidade, o melhor seria denominar o sentimento antipolítico como a recusa às formas políticas da democracia liberal que permitiam o domínio oligárquico. O integralismo, assim como outras manifestações fascistas, combatia a democracia liberal e propunha um novo modo de fazer política, permanente e penetrante (pois atravessava as mais variadas dimensões da vida do militante) (Medeiros, 1978, p. 477-480). Como aponta Robert Paxton (2004, p. 50): “Ao contrário dos partidos de classe média liderados por “notáveis” que se dignavam a ter contato com seu público apenas no período das eleições, os partidos fascistas envolviam seus membros numa fraternidade de emoção e esforço”.⁵

4 Tradução nossa. No original: “The notion that professional and domestic life could express what mattered in their relationship to broader society and that politics was debauched gave middle-class people a means by which to acquit themselves from further political entanglements. This was, finally, a vision that located the political impulse where most middle-class people’s attention appears to have been focused anyway: the imperatives of work and the sweet burdens of family”.

5 Tradução nossa. No original: “Unlike the middle-class parties led by ‘notables’ who condescended to contact their publics only at election time, the fascist parties swept their members up into an intense fraternity of emotion and effort”.

Os autores, já mencionados, que sustentam a tese de que o integralismo ofereceu meios de participação política para as classes médias subrepresentadas no sistema político-partidário controlado pelas oligarquias parecem ter razão. Aliás, tal explicação está, igualmente, presente em intérpretes do fascismo europeu, que percebem uma profunda insatisfação das classes médias no Entreguerras com os poucos instrumentos de reivindicação política a seu alcance (De Felice, 1977, p. 176-177; Payne, 2003, p. 445). No entanto, seria importante explorar a hipótese de que a forma de participação política oferecida pelo integralismo foi decisiva para a adesão das classes médias. A intensa sociabilidade integralista podia ser importante para as necessidades emocionais de seus integrantes (reforçando identidades, vínculos interpessoais e sentimento de pertencimento), mas, também, podia corresponder a imperativos de outra ordem, ao fazê-los parte de uma rede de ajuda-mútua que poderia propiciar benefícios no local de trabalho e na vizinhança. Trindade notou em várias entrevistas que realizou que a adesão à AIB era explicada, combinada com outros motivos, pela atração exercida pelo “espírito comunitário” proporcionado pela participação no movimento. Exemplifica com dois trechos de entrevistas, dentre as quais esta (cujo depoente não identifica): “Eu gostava sobretudo da união que existia no movimento, quando todos se encontravam com suas camisas verdes” (Trindade, 1979, p. 160).

b. As dificuldades materiais das classes médias

Hélgio Trindade e René Gertz demonstram com boa consistência empírica que os integralistas experimentaram uma mobilidade social ascendente. A análise de Trindade sobre esse ponto foi mencionada anteriormente. De sua parte, Gertz faz uma distinção significativa em relação à base social integralista em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, notando a grande presença de agricultores na AIB catarinense, o que ele explica pelo maior dinamismo da agricultura no estado:

[Em Santa Catarina] A agricultura foi afetada pelo fato de que, além dos empreendimentos industriais maiores nas cidades, surgiu nas áreas agrícolas uma série de pequenas fábricas para industrializar os produtos da terra. [...] Estes empreendimentos dinamizaram a agricultura e certamente este é um dos motivos por que o integralismo em Santa Catarina – ao contrário do Rio Grande do Sul – teve também muitos adeptos entre os agricultores, pois tudo indica que também em Santa Catarina o integralismo se correlaciona antes com dinamismo econômico que com crise e estagnação. Os agricultores que aderiram ao integralismo eram provavelmente aqueles que de alguma forma tinham sido atingidos pelo processo de industrialização (Gertz, 1987, p. 196-197).

A trajetória socialmente ascendente dos integralistas apontada por Trindade e Gertz singulariza o fascismo brasileiro em comparação com seus homólogos europeus. A historiografia aponta a crise das classes médias (atravessadas por dificuldades econômicas, como inflação, aumento do custo de vida, diminuição de renda, e pela perda de status social) como fator central para o apoio social obtido pelo fascismo na Europa:

Em nível psicológico e político, essa crise manifestou-se como uma frustração social, que frequentemente se traduziu numa profunda inquietação, num desejo confuso de vingança e numa luta cega (que frequentemente assumiu coloração subversiva ou revolucionária) com uma sociedade na qual as classes médias sentiam ser a principal, senão as únicas, vítimas (De Felice, 1977, p. 177).⁶

O Brasil do Entreguerras certamente não passou por uma crise das classes médias como ocorreu na Europa. Não obstante, elas enfrentaram dificuldades materiais que atingiram de maneira desigual suas diferentes frações, prejudicando especialmente grupos profissionais tradicionais, onde o integralismo recrutou grande número de dirigentes e militantes. Ainda na década de 1930, havia uma inflação de diplomas de direito e medicina, sendo comum a queixa de excesso de advogados e médicos. Segundo Owensby (1999, p. 75-79), o mercado de trabalho para algumas novas profissões (como estatístico, certos tipos de engenheiro, publicitário, contador de alto nível e, especialmente, administrador) parecia estar substancialmente melhor, na década de 1930, que para profissões tradicionais, como advogado, médico e professor.

Em matéria publicada na revista *Diretrizes* em 1941, Alceu Marinho Rego traça um panorama da advocacia desde 1930. Para ele, a profissão experimentava uma proletarização e, conseqüentemente, perda do prestígio social. O jornalista descreve do seguinte modo a estratificação da advocacia no início da década de 1940:

Exercendo a profissão o advogado pode ser um grande burguês com as melhores relações na sociedade, casa própria, automóvel com chofer, filhas no [Colégio] Sion, depósito nos bancos. Pode ser um remediado, morando num apartamento perto da praia, viajando de ônibus, dando-se a pequenos luxos como cinemas e cassinos. O advogado também pode ser um verdadeiro proletário, com ordenado de 300\$ e 400\$000 por mês e pequenas questões que não elevam a renda de mais cem mil réis, morando em subúrbio e viajando

6 Tradução nossa. No original: "On the psychological and political level, this crisis manifested itself as social frustration that was often translated into profound unrest, a confused desire for revenge, and a blind struggle (that often assumed subversive and revolutionary overtones) with a society in which the middle classes felt themselves to be the chief, if not the only, victims".

de pingente nos trens, com a mulher grávida sem assistência médica e os filhos sem instrução. A condição de proletário é hoje a de um grande número de advogados. Os empreguinhos de cem e duzentos mil réis em instituições de toda ordem, caixas, sindicatos, irmandades, bolsas, são mais frequentes do que imaginar se possa (Rego, 1941, p. 12).

Assim, será importante alargar o estudo das trajetórias sociais dos militantes integralistas para verificar se uma parte deles (especialmente entre os que exerciam profissões liberais) conheceu a queda social ou, ao menos, o risco de queda social, o que, à semelhança do ocorrido na Europa, pode ter contribuído para a adesão à AIB.

c. O sentimento antipopular das classes médias

Como assinalado, é frequente na literatura a explicação de que a parcela das classes médias que aderiu ao integralismo no Brasil procurava uma oportunidade de participação política liberada do domínio oligárquico. Sandra Deutsch (1999), por exemplo, sugere que a AIB tivesse poucos competidores na organização política das classes médias: “Como primeiro partido nacional legal, o integralismo encontrou um campo político praticamente vazio. Os membros da classe média que se inclinavam para o centro ou para a direita tinham poucas alternativas à AIB, e muitos aderiram a ela” (p. 313).⁷ Embora adequada, parece-me que tal explicação precisa ser complementada. Afinal de contas, a recusa à política oligárquica poderia levar à participação em movimentos de esquerda, como evidenciado pelo engajamento significativo de elementos das classes médias na Aliança Nacional Libertadora (ANL), em meados da década de 1930.

Uma hipótese a ser testada é que o integralismo atraiu uma parcela das classes médias não apenas pela pregação antioligárquica, mas também pela disposição em reforçar a posição social dessa classe na sociedade, em um período em que essa posição parecia questionada. Assim, partindo da constatação feita por Décio Saes e Adalberto Cardoso acerca do sentimento antipopular disseminado entre as classes médias, pode-se alargar a tese de Marilena Chauí, propondo que a AIB foi vista por uma parte das classes médias como anteparo à ameaça representada pelas classes populares.

7 Tradução nossa. No original: “As the first legal national party, Integralismo encountered a nearly empty political field. Those members of the middle class who inclined toward the center or right found few alternatives to the AIB, and many joined it”.

É certo que essa ameaça incluía a atuação das organizações de esquerda, mas talvez ela a ultrapassasse. É possível que a aceleração da urbanização do país tenha tornado mais frequente a convivência entre as classes médias e as classes populares em situações menos controladas, por exemplo, nas ruas e no transporte coletivo. Antonio Negro e Jonas Brito demonstraram o incômodo das classes médias brancas em compartilhar os bondes com as classes populares, em grande medida negras, em Salvador, em fins da década de 1920:

as diferentes classes compartilhavam os trâmueis em espaços concorridos [...] a praxe interditava o acesso aos bancos por parte de passageiros descalços [...] ou sem colarinho e gravata, sendo a parte traseira franqueada for all, a popular “cozinha”. Os estribos deviam ficar livres [...]. O excesso de lotação fornecia a chance para a quebra das hierarquias e suas regras espaciais de primeira e segunda classes, renovando as tensões (Negro; Brito, 2020, p. 585).

Esse tipo de situação pode ter levado as classes médias a desejarem o reforço das hierarquias sociais. Ademais, as ações do regime varguista voltadas às classes populares (destacadamente à classe trabalhadora urbana), simultaneamente à percepção de menor empenho governamental para contemplar seus interesses específicos, pode ter intensificado nas classes médias o temor de que as primeiras estavam se aproximando perigosamente de si. A frustração das expectativas das classes médias com a Revolução de 1930 pari passu a alguma melhora das condições de vida da classe trabalhadora urbana pode ter criado a reversão do efeito túnel, nos termos sugeridos por Albert Hirschman (2013, p. 82).

Conclusão

A leitura classista dos motivos da adesão das classes médias ao integralismo mantém sua potência interpretativa e pode sustentar as análises sobre as bases sociais da extrema-direita contemporânea. Como pontua a historiografia, o integralismo atraiu uma parcela das classes médias tanto por ser uma alternativa aos partidos oligárquicos quanto por ser reconhecido como proteção contra o comunismo. No entanto, parece que as explicações canônicas devem ser complementadas com os seguintes fatores: 1) a ação política totalizante oferecida pelo integralismo; 2) as adversidades materiais vividas por parte das classes médias; 3) o sentimento antipopular revelado por essas.

Por fim, pontue-se que, apesar da centralidade da condição de classe para a compreensão da adesão ao integralismo, há que se reconhecer a necessidade de se considerar outros marcadores sociais, em combinação com a condição de classe (Bertonha, 2014, p. 23-44). São particularmente importantes as dimensões étnico-raciais (Brandalise, 2021, p. 93; Gertz, 1987, p. 172; Domingues, 2019) e de gênero (Deutsch, 1999).

Referências

ALVES NETA, Amélia Saback. *Os verdes às portas do sertão: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945)*. Salvador: Sagga, 2018

ARAÚJO NETO, Álvaro Souza de. *Os camisas-verdes na região cacauzeira: atuação integralista no sul da Bahia*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus (BA), 2016.

ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BERTONHA, João Fábio. A direita radical brasileira entre o tradicionalismo, as Ligas Nacionalistas e a sedução do fascismo (1917-1932). In: *O integralismo e o mundo: comparações, percepções e diálogos transnacionais*. Maringá, PR: Diálogos, 2024.

BERTONHA, João Fábio. *Integralismo*. Problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá, PR: Ed. UEM, 2014.

BRANDALISE, Carla. *Dimensões do fascismo: a Ação Integralista Brasileira*. Curitiba: CRV, 2021.

BRUSANTIN, Beatriz. *Anauê paulista: um estudo sobre a prática política da primeira "cidade integralista" do estado de São Paulo (1932-1943)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2004.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional*. A Ação Integralista Brasileira no Maranhão (1933-1937). São Paulo: Annablume, 1999.

CARDOSO, Adalberto. *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2020.

CARVALHO, André Silva. *A "Caravana Integralista" em Tucano. Poder local e integralismo no sertão baiano (1930-1949)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana (BA), 2020.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DE FELICE, Renzo. *Interpretations of Fascism*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

DEUTSCH, Sandra McGee. *Las Derechas*. The Extreme Right in Argentina, Brazil, and Chile, 1890-1939.

Stanford: Stanford University, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. Abdias Nascimento: de assecla integralista à líder pan-africanista. In: FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla (Org.). *A república no Brasil*. Vol 1: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura. Niterói: Ed. UFF, 2019.

DOTTA, Renato Alencar. *O integralismo e os trabalhadores: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista (1932-1938)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A ofensiva verde: A Ação Integralista Brasileira no estado do Rio de Janeiro. (1932-1937)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre o ontem e o amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí, SC: Ed. Univalli, 2000.

GERTZ, René *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2020.

HEINRICH, Geiselberger (Org.). *The Great Regression*. Cambridge: Polity Press, 2017.

HIRSCHMAN, Albert O. *The Essential Hirschman*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1978.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Insurgentes incendiam a cidade da Bahia. O Quebra Bondes e a Revolução de 30. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 579-599, 2020.

OLIVEIRA, Eduardo de. *Cidade “verde” ou cidade “vermelha”: AIB e ANL em Petrópolis*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o tribunal da história: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do

Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

OWENSBY, Brian P. *Intimate ironies. Modernity and the Making of Middle-Class Lives in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

PARENTE, Josênio. *Os camisas verdes no poder*. Fortaleza: Ed. UFC, 1986.

PAXTON, Robert. *The Anatomy of Fascism*. New York: Knopf, 2004.

PAYNE, Stanley. *A History of Fascism, 1914-1945*. [S. l.]: Routledge, 2003.

POSSAS, Lídia. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista*. Bauru, SC: EdUSC, 2001.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Nas fileiras do sigma: os integralistas na Bahia e a política brasileira na década de 30*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

REGO, Alceu Marinho. Místicos e mágicos da advocacia. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, p. 12-13, 5 jun. 1941.

RIBEIRO, Ivair Augusto. *O integralismo no sertão de São Paulo: um "fascio de intelectuais"*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca (SP), 2004.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil, 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1983.

SCHMITTER, Philippe C. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. California: Stanford University Press, 1971.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2001.

SILVA, Giselda Brito. *A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco, 1932-1938*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

TRAVERSO, Enzo. *The New Faces of Fascism. Populism and the Far Right*. London: Verso, 2019.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

ZANELATTO, João Henrique. *Região, etnicidade e política: O Integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.